

A LUTA POR DENTRO DA LUTA: MULHERES E HOMENS CONSCIENTES NA LUTA PERMANENTE!

Qelli Viviane Dias Rocha¹

RESUMO.

O presente artigo é parte da análise da pesquisa: *Levantadas do Chão: A Construção da Identidade de Gênero no Processo de Implementação de Políticas Públicas Agrárias para Mulheres*, apresentada para a obtenção do título de mestre em Serviço Social na Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Objetiva contribuir para discussão sobre atuação da mulher na luta pela reforma agrária e como esta reflete diretamente sobre a constituição e transformação da Identidade de gênero. Sabe-se que a luta das mulheres em relação à especificidade da luta pela reforma agrária tem contornos particulares, o que Thomas Júnior denomina como *Luta por dentro da Luta*. Assim, analisar esta particularidade compôs uma das mediações da dissertação apresentada e que ora se apresenta neste artigo. Destarte, busca-se por meio deste trabalho contribuir para discussão e análise da categoria Identidade de Gênero. Tratar a questão da mulher na estrutura fundiária brasileira significa remeter à sociedade agrária colonial onde a estrutura familiar assumia um papel fundamental na organização social, desempenhando as funções econômicas e políticas num sistema marcado pela concentração fundiária e pelo predomínio das relações patriarcal-paternalistas (BRUSCHINI, 1990). Assim, verifica-se que na proposta de reforma agrária do Estado e dos trabalhadores, a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras se apoia principalmente nos hábitos culturais e no direito positivo que, historicamente, tem deserdado a mulher da cidadania, sobretudo no que concerne à construção de sua própria identidade. Na reforma agrária, o feminino, por ser contemplado como elemento que compõe a família, tem sua individualidade rebaixada ao plano da invisibilidade do privado, sem expressão na esfera política.

Palavras-chave: Gênero – Identidade - Reforma Agrária.

¹ Assistente Social – Especialista em Programas e Projetos Sociais (IFTM) – Mestre (UNESP/ Franca-SP) – Coordenadora e professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Frutal – FAF – Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Contato: qelliviviane@yahoo.com.br

1 Mulheres e Homens Conscientes: na Luta Permanente! A Proposta do MST

Tratar a questão da mulher na estrutura fundiária brasileira significa remeter à sociedade agrária colonial onde a estrutura familiar assumia um papel fundamental na organização social, desempenhando as funções econômicas e políticas num sistema marcado pela concentração fundiária e pelo predomínio das relações patriarcal-paternalistas (BRUSCHINI, 1990). Significa também, remeter à luta política dos trabalhadores e trabalhadoras que almejam a terra num contexto em que tal luta não contempla as desigualdades entre homens e mulheres construídas a partir do patriarcalismo².

Na proposta de reforma agrária do Estado e dos trabalhadores, a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras se apóia principalmente nos hábitos culturais e no direito positivo, que, historicamente, tem deserdado a mulher da cidadania, sobretudo no que concerne à construção de sua própria identidade, pois a maioria participa da luta pela terra na condição de dependente do homem, como se fosse apenas a sombra do pai, marido ou companheiro de tal modo que, conquistado o lote, a mulher é privada de participar do processo de planejamento que norteia o desenvolvimento da gleba. O feminino é contemplado na reforma agrária, sobretudo como elemento que compõe a família e, nessa perspectiva, sua individualidade cai no plano da invisibilidade do privado, sem expressão na esfera política. Segue os passos do pacto social de Rousseau (1978 apud BRUSCHINI, 1990), que elege o homem representante da sociedade e do projeto de vida para a mulher.

O que sustenta e reforça este pacto é o patriarcado que traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais (SAFFIOTI, 1987). É ele que traz as ferramentas explicativas para as desigualdades. As diferenças sexuais presentes no ser macho ou fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres. Deste ponto de vista, a terra é um patrimônio, e, como tal, deve pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou marido, de acordo com o direito positivo, somente tem a possibilidade de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino e, mesmo assim teoricamente, pois, com a perda desse referencial, o

² Para Saffioti (2004, p. 88), apesar de algumas feministas rejeitarem o conceito de patriarcado, ele está “[...] no coração da engrenagem de exploração-dominância.” e (SAFFIOTI apud MACHADO, 2000, online), na relação homem/mulher, marido/esposa - em especial. No contrato firmado entre ambos por ocasião do casamento - evidencia-se a relação de dominação.

patrimônio ainda deve ser mantido como bem masculino. Para garantir esse hábito, a própria comunidade permite que a mulher viúva sofra as mais diversas e requintadas pressões para repassar a terra ao comando do homem, como se observa nos depoimentos da pesquisa realizada por Albuquerque e Rufino (1987). Mesmo por motivo de invalidez, conforme o direito positivo, o homem permanece no mando, destoando da prática das mulheres rurais que administram e comandam a propriedade, mas que, em nome do hábito cultural e do patrimônio pertencido ao homem, negam-se como provedoras, certamente por assumirem uma tarefa considerada masculina. Não se assumir como provedora e trabalhadora rural significa negar sua cidadania e identidade, o que gera outras implicações, a exemplo do acesso à política de crédito, cooperativa, comercialização e da própria organização política. Assim, observa-se que, basicamente, em todos os níveis de relação com a terra, o fenômeno da (in) visibilidade e subordinação feminina reafirma o tratamento desigual entre os sexos.

Vale lembrar que a desigualdade nas relações de gênero faz parte de um amplo processo histórico, cultural, estrutural, que perpassa as esferas privada e pública³. A subordinação e a (in) visibilidade da mulher na relação com a terra se reproduzem nas esferas da informalidade e da formalidade. Na relação do privado com a casa rural, que é também uma relação com a terra, o poder decisório geralmente pertence ao homem, ficando a cargo da mulher o trabalho com os animais de pequeno porte; as atividades na horta e na agricultura de sobrevivência; a fabricação de pequenos produtos; o abastecimento da água e da lenha; o preparo do alimento; o serviço da roupa lavada; a higiene e limpeza do ambiente; a preparação dos filhos para a sociedade; etc. No campo da formalidade, a desigualdade nas relações de gênero se mantém e resulta de ações historicamente reforçadas e reproduzidas pelo Estado, inclusive em aspectos decisivos que contribuem para neutralizar ou reduzir a participação da mulher no espaço público.

De acordo com Carneiro (1994) a (in) visibilidade e a subordinação apresentam-se dissimulados através de artifícios, conforme ocorrem nos diversos níveis da política agrícola do Estado. Na política de crédito, por exemplo, quando este não é negado diretamente à mulher em função da descrença no seu trabalho, é propositadamente retardado para forçar a desistência "espontânea" da trabalhadora. Também no sistema de escoamento da produção, principalmente no caso de culturas perecíveis, as adotadas pela mulher sofrem grandes perdas por serem recolhidas tardiamente e, no caso da

³ Sob o enfoque de gênero que é aqui abordado, ver Rowbotham (1984); Souza-Lobo (1990); Castro e Lavinias (1990) e Machado (2000).

comercialização, dada à circunstância da inexistência de um patrimônio capaz de suprir as necessidades imediatas da família, a mulher, em vista de sua condição feminina, mais que o homem, é forçada a vender seus produtos a preços baixos.

Entretanto, toda a situação exposta acima vem sendo transformada com o fortalecimento da identidade de gênero por meio da “descoberta” da identidade de classe. De acordo com Thomaz (2002), a mulher quando se insere na luta política passa a possuir uma consciência de classe e assume uma “identidade”, ou seja, a idéia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Como mencionado por Carneiro (1994), esta nova conformação está imbuída de outros elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, se tem uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído.

De acordo com Thomaz (mimeo) é possível notar que quando as mulheres são inseridas no MST, estas passam pelo que autor chama de “*Luta por dentro da luta*”, isto é, por meio da participação e de embates, passam a buscar a emancipação do gênero humano, ou seja, a emancipação dos trabalhadores.

Paralelamente, ou por dentro desse processo, as mulheres criaram espaços de socialização e manifestação que possuem como objetivo a busca pela emancipação da mulher, ou seja, a transformação social almejada pelo MST, na qual a emancipação da classe trabalhadora é o objetivo central. E como extensão desse objetivo, comparece por dentro desse processo a transformação das relações sociais de gênero. (THOMAZ, 2002)

E, é este espaço criado pelas mulheres em torno da transformação social que acredita-se estar contribuindo para que estas se organizem enquanto categoria social e política, reivindicando melhores condições de vida e trabalho.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, grifo nosso), “*A conquista de uma maior independência econômica para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é uma das questões importantes que vem sendo colocada pelas organizações de mulheres e pela economia feminista.*”

Em relação ao MST, pode-se observar que a própria forma de se organizar favorece a construção e/ou fortalecimento da identidade de gênero. De acordo com Warren (mimeo), em relação aos movimentos sociais, em especial no contexto das demandas por reforma agrária, destacam-se as formas de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para o autor, as frentes de lutas do MST se

organizam de modo a enfrentar a hegemonia da classe capitalista burguesa agrária de diversas formas. Para tanto, estabelece frentes de atuação da seguinte maneira: *demandas materiais/emergenciais do cotidiano da base dos movimentos; Práxis de re-significação simbólica na política e na sociedade e a elaboração política de reconhecimento de “um novo projeto de sociedade”*.

Destarte, as demandas materiais e emergenciais do cotidiano constituem-se a mobilização das bases do movimento e se caracterizam pela luta e afirmação dos direitos da população, compreendidas como sujeitos históricos inscritos num contexto social determinado e histórico. De acordo com Scherer-Warren (2011a, online), estas lutas se legitimam a partir da organicidade dos movimentos no sentido de se firmarem enquanto categoria política. Neste sentido, a formação dos sujeitos coletivos passa a enfrentar o Estado e este, em resposta, institui políticas públicas a fim de conter as reivindicações sociais coletivas.

Outra forma de organização e de luta apontada por Warren é a práxis de re-significações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade que se dá por meio da formação política dos sujeitos no processo de integração e composição do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Seu objetivo é possibilitar a transformação da reivindicação individual para a coletiva. Nesta perspectiva organizativa, busca-se por meio das bases do movimento, dentre outras práticas educacionais de formação política, orientar a desconstrução e reconstrução simbólica acerca de políticas identitárias tradicionais do campesinato brasileiro e para a construção de novas identidades políticas. Neste sentido, Scherer-Warren (2011, p. 3) afirma que um ótimo exemplo de desconstrução é o “sem-terrinha” para as crianças dos acampamentos e assentamentos, com um sentido pedagógico para a formação de novos cidadãos de direitos.

Scherer-Warren (2011, p. 3), afirma que a identidade política do MST é construída por meio da articulação solidária entre entidades, fóruns e redes de apoio. Por meio delas são discutidas as políticas nacionais prioritárias e as possibilidades de construção de unidade de rede. Neste sentido, estas se configuram como espaço de discussão e exercício da cidadania no sentido que possibilita o convívio com as divergências e, a partir destas, estimula-se o respeito às diferenças de opção política, ideológicas, diferenças regionais, étnicas, etárias, de gênero, etc. Por fim, Warren aponta a mobilização na esfera pública, que, segundo ele, busca a visibilidade e o reconhecimento político do movimento.

Neste sentido, a própria forma organizativa do MST em sua metodologia compreende que a luta das mulheres seja uma luta necessária ao enfrentamento do capital. Inscreve-se pela perspectiva política, simbólica e estrutural.

O coletivo⁴ ou setor de gênero surge no MST por meio da convicção da direção de que a transformação da sociedade perpassa a transformação das relações sociais (inter-pessoais).

Assim como as outras formas de organização do MST, dentre os quais tem-se setores, coletivos, comissões, direções, instâncias, etc, que organizam e atendem a várias demandas dentro do movimento como educação, produção, saúde, comunicação, formação, frente de massa, etc., o setor de gênero surge de demandas e necessidades que foram se expressando no decorrer do processo de luta e de formas diferenciadas nos mais diversos lugares.

Alguns artigos⁵ sobre o movimento relatam a existência do setor de gênero a partir de 1986 e, um marco no início da implantação da discussão de gênero no movimento foi o Encontro Estadual de Companheiros e Companheiras do MST, ocorrido em 1995, onde os militantes foram chamados a discutir as questões de gênero, porque suas mulheres não participavam das discussões.

Entretanto, como aponta uma dirigente da direção estadual do MST – SP, foi a partir de 2006 que a luta se intensificou com o enfrentamento do capital.

Inicialmente, destaca a dirigente, não havia uma identidade de gênero porque as mulheres do movimento não tinham se dado conta de que a luta era de caráter feminista:

Interessante que isso não é uma coisa no plano das idéias... ah... agora nós vamos fazer uma luta de gênero com caráter feminista... Mas foi uma luta de enfrentamento do capital que nos fez sentir mulheres feministas.

Assim como aponta Toledo (2001), a luta das feministas não compunha o universo das assentadas – acampadas porque estas compreendiam esta luta como da mulher burguesa, mas ao apreenderem por meio da situação concreta a realidade a que estavam expostas na época, perceberam que não bastava apenas lutar pela reforma

⁴ Os coletivos são formas de organização dos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atendem à necessidade de participação das assentadas e dos assentados na estrutura organizativa do MST e objetivam contribuir para uma maior participação do gênero feminino nas estruturas de deliberação e poder do movimento.

⁵ O papel da mulher na luta pela terra (THOMAZ; VALENCIANO, 2002); Mobilização sem emancipação – as lutas sociais do sem terra (NAVARRO, 2002).

agrária, pois também dentro do movimento havia lutas a serem travadas em relação ao processo de emancipação política das mulheres na organização do MST.

Ao perceberem que o movimento dos trabalhadores sem terra também reproduzia as mesmas opressões da sociedade capitalista que almejava transformar, a liderança do MST criou, na regional de Ribeirão Preto, o setor de gênero a partir das orientações da Direção Nacional. Como se sabe, a criação do Setor e do Coletivo de Gênero surge dentro da regional do Pontal do Paranapanema e depois compõe a pauta do encontro nacional em 1995. Isto se evidencia na fala da dirigente⁶:

Eu acredito que a luta das mulheres no MST tem um caráter feminista e tem uma vinculação de gênero e classe, talvez em contato com outros movimentos, que são movimentos só de mulheres. Muitas colocam até uma crítica de que a questão de gênero tá muito truncada, porque é um movimento misto, né? Não conseguem organizar a questão de gênero porque tá impregnada dessa contradição. Eu acredito que não. Acho importante os movimentos feministas, de gênero, os movimentos só de mulheres, né? Mas acredito que a particularidade do MST, de homens e mulheres, nos dá uma matéria prima pra gente poder avançar nessa questão que eu considero estar pela metade, que é uma questão de gênero e classe.

A percepção da circunscrição da questão de gênero na questão da classe impulsionou o movimento em direção a outros movimentos sociais urbanos e rurais. Como evidencia a fala:

Na ação da marcha de Campinas à São Paulo, foi muito bom ter contato com mulheres feministas do campo... E tinha mulheres de vários lugares... Então... Mulheres de outros movimentos do campo, mulheres de movimentos que não são mistos, as mulheres camponesas de Santa Catarina, o MMC, e os movimentos urbanos. Então, foi uma convivência muito importante [...] um tema muito importante era o do aborto, que o movimento nunca parou pra refletir, né? Por exemplo, qual é a posição do movimento com relação ao aborto. (Dirigente Estadual do movimento em entrevista para a pesquisa: Levantadas do Chão: A Construção da Identidade de Gênero no Processo de Implementação de Políticas Públicas Agrárias Para Mulheres).

Assim, pode-se afirmar que a reflexão sobre o que é construído socialmente em cima dos gêneros, originando, desta forma, os papéis específicos de homens e mulheres

⁶ A dirigente compôs a pesquisa como entrevistada, representando a direção estadual e também regional.

e as relações de poder oriundas deste processo, surgiu como uma preocupação que despontou dentro da organização do MST.

Para o Movimento, as famílias do Mário Lago se dividem entre a agricultura e o trabalho fora do assentamento para proverem os subsídios mínimos para manterem sua existência e o de sua família. Esta dupla ocupação se dá porque a forma sob a qual o Estado, por meio do INCRA, implementa as políticas sociais no Assentamento, objetiva a desarticulação dos sujeitos coletivos em torno do movimento.

Esta dupla ocupação atinge principalmente as mulheres, pois uma vez que têm que complementar a renda da família, elas, de acordo com a direção do MST, são “mais determinadas no sentido do sustento da própria agricultura”.

Embora II Plano nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2004) oriente-se pela “[...] promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso à direitos e à promoção da igualdade”, objetivando a integração de desenvolvimento territorial sustentável, o que implica dispor as famílias assentadas e demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais, o que se verifica é que, assim como no Assentamento Mário Lago, 40 mil assentamentos por todo o Brasil encontram-se na seguinte situação: o seu acesso direto ao crédito frequentemente é dificultado pelo fato do seu trabalho ser considerado “uma ajuda” e as atividades que estão sob sua responsabilidade direta gerarem poucos recursos. Os dados indicam que, apesar de alguns avanços, a pobreza e a invisibilidade continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro. (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, grifo nosso), embora haja queda na taxa no número de mulheres não remuneradas no campo, estas ainda são 31% da população sem remuneração. Para as autoras, embora se verifique uma alteração no quadro das mulheres sem remuneração, esta não pode indicar alguma melhoria na apropriação, pelas mulheres, dos frutos do seu trabalho, “[...] estas categorias são insuficientes para mensurar o impacto concreto para as mulheres, dado que tanto ‘não remuneradas’ quanto ‘trabalhadoras na produção para o próprio consumo’ implicam

em não remuneração monetária.” De acordo com Cintrão e Siliprandi, a soma destas duas categorias representa apenas a queda de dois pontos percentuais, baixando de 80% para 78%.

Para Cintrão e Siliprandi (2010), as precárias condições de infraestrutura da zona rural trazem impactos importantes no rendimento do trabalho e nas jornadas das mulheres rurais. De acordo com as autoras, o relatório *O progresso das mulheres no Brasil* realizado pela UNIFEM em parceria com o CEPIA em 2006, já apontava que as desigualdades entre os meios urbano e rural e as regiões do país se sobrepõem às desigualdades de gênero entre homens e mulheres rurais.

O relatório aponta que, “*Apesar de melhoras parciais, em 2009 ainda são significativos os percentuais de domicílios rurais sem esgotamento sanitário (17,7%, quase um quinto) e sem coleta de lixo (67,3%, mais de dois terços dos domicílios rurais).*” (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 192, grifo nosso). As autoras destacam ainda que, embora tenha havido alguma melhoria entre 2003 e 2009, quase um terço dos domicílios rurais permanecem sem canalização interna de água. Em relação às regiões do Brasil as disparidades são muito maiores do que entre os meios urbano e rural.

Em termos de infraestrutura, o acesso à iluminação elétrica foi o que mais avançou no período: em 2003, 18,1% (quase um quinto) dos domicílios rurais do Brasil ainda não tinham acesso à eletricidade, mas este índice baixou para 6,4% em 2009, ou seja, 93,4% dos domicílios passaram a ter acesso a este serviço básico. A existência de energia elétrica possibilita o acesso a bens de consumo que facilitam as tarefas domésticas das mulheres rurais, em especial geladeira e máquina de lavar roupa. Permanece relativamente alto o percentual de domicílios sem acesso a esses eletrodomésticos.

Em relação à promoção da Igualdade de gênero na Reforma Agrária, o II PNRA destaca a necessidade de abraçar o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural e, deste modo, o plano diz que cabe ao Estado assumir a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social.

Neste sentido, o plano aponta que os assentamentos de Reforma Agrária devem ser considerados como espaços de reconstrução de relações econômicas, sociais e culturais em relação à terra e seu uso, mas também de constituição de novas relações sociais e comunitárias. Estes novos e complexos espaços de vida e trabalho reúnem sujeitos diferentes, cujas necessidades devem se expressar na construção de

infraestrutura e de programas que respondam aos desafios da produção econômica e da reprodução social.

Embora os projetos destinados ao PRONAF⁷, cujos objetivos eram a abertura e manutenção das estradas e a perfuração dos poços artesianos, tudo isso é muito básico para que um assentamento minimamente se desenvolva e tem-se colocado como um entrave na vida das assentadas.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, p. 191):

As precárias condições de infraestrutura da zona rural trazem impactos importantes no rendimento do trabalho e nas jornadas das mulheres rurais. No artigo anterior (Heredia ; Cintrão, 2006) já havia sido apontado que as desigualdades entre os meios urbano e rural e entre as regiões do país se sobrepõem às desigualdades de gênero entre homens e mulheres rurais.

Os dados do relatório *O Progresso das Mulheres no Brasil* (CEPIA; ONU Mulheres, 2011) apontam que em 2003, 5,5% da população urbana não tinha canalização interna de água em relação a 42,2% da população rural. Em 2009, a porcentagem da população que tinha canalização interna de água (urbana) caiu para 2,2 % e a população rural, ainda que tenha caído 10%, continua representando um número muito alto. Em relação à iluminação elétrica, a população urbana em 2009 correspondia a 0,1% da população em relação a 6,4 % da população rural. Sobre a coleta de lixo, 1,5% da população urbana não contava com a prestação deste serviço, contra 67,3% da população rural.

Siliprandi e Cintrão (2011) apontam que quase um terço dos domicílios rurais permanece sem canalização interna de água. As disparidades regionais são muito maiores do que entre os meios urbano e rural. Em relação à canalização interna de água, as autoras apontam que a situação dificulta sobremaneira todos os trabalhos domésticos de limpeza, lavagem de roupa e elaboração da comida que recaem sobre as mulheres. A falta de canalização interna é agravada nas regiões semiáridas nordestinas pela dificuldade de acesso à água, que penaliza especialmente as mulheres responsáveis por

⁷ É um programa Federal criado desde 1995, voltado para o atendimento aos agricultores familiares. Possui várias linhas de financiamento, dentre elas o PRONAF-MULHER, criado desde 2003 e destinado às agricultoras e pescadoras, porém vinculadas à unidade de produção. Atualmente compõe um dos programas do II PNRA, lançado em 2003. A meta era alcançar até o ano de 2006, 400 mil novas famílias assentadas; 500 mil famílias beneficiadas pela regularização fundiária e geração de 2 milhões de empregos, além de garantir alguns direitos fundamentais como educação, saúde, energia e saneamento a homens e mulheres. Objetiva o reconhecimento da diversidade de segmentos sociais no meio rural e prevê a promoção de igualdade de Gênero (BRASIL, 2004).

buscá-la. Embora o assentamento Mário Lago esteja localizado em cima do aquífero Guarani, esta é uma situação também vivenciada por estas assentadas.

É preciso salientar que a falta de água no nordeste, além de uma questão natural, é uma questão política. Mas a questão de falta de água no Mário Lago é única e exclusivamente política.

O núcleo que fica mais longe daqui. Até a portaria do assentamento, onde elas vão poder pegar uma van pra poder pegar o ônibus, isso dá sete quilômetros, a pé. Sete pra ir e sete pra voltar. Então, aí vai, vende a sua força de trabalho, volta pra cá. No tempo das águas, essas pessoas vão voltar pra descansar? Não! Ela vai plantar, porque agora, né? Então, eu tô vendo os meus vizinhos muito cansados. Eles estão trabalhando demais. Porque trabalham fora e aí vem e, aqui, trabalham no campo também. Eu qualifico esse trabalho precarizado bastante difícil, né? E não é que ele não vá existir, eu nem condeno que ele exista porque é a necessidade de cada família. Mas se fosse um assentamento mais estruturado, as pessoas teriam mais condições de estarem aqui. (Fala da dirigente Estadual do MST em entrevista para esta pesquisa)

Diante do exposto e a partir da fala da dirigente do MST, a questão de gênero sempre esteve presente na luta e esta envolve homens e mulheres, surgindo como uma necessidade para dar um olhar especial para a condição feminina.

A questão de gênero no movimento, assim como na sociedade de modo geral, passou por várias fases. Em 1992, fora constituído como o setor de gênero e, deste modo, passou a ser discutido dentro do MST no âmbito da formação regional, estadual e nacional.

Em 2006, a ocupação da Aracruz instituiu no movimento o dia 08 de março como um dia de luta de gênero e de classe, pois

[...] ele tem outro caráter, um caráter mais voltado ao agronegócio.

O protagonismo das mulheres nesta ocupação propicia a visibilidade da luta da mulher do campo (assentada – acampada).

A reflexão é que todas as lutas são lutas muito necessárias e importantes e que o movimento faz um conjunto de homens e mulheres.

Ao discutir o modelo do agronegócio que explora e oprime a homens e mulheres, o movimento propõem, por meio da ocupação, o questionamento do aparato do Estado no fortalecimento dessas empresas em detrimento daquilo que afeta a massa de trabalhadores e trabalhadoras de modo geral.

Agora, pra chegar nessa reflexão, imagina, é uma distância enorme... Tem toda a necessidade do tema da violência contra as mulheres, o salário maternidade, moradia, questões específicas das particularidades das mulheres e, pra chegar nessa reflexão e materializar numa ação como a da Aracruz, isso significa um processo que mexeu com a consciência das mulheres. Tipo assim, como é que um salário maternidade, que é uma coisa particular, ele se articula e dialoga com uma questão mais geral e que é uma questão geral que o todo do movimento não consegue se movimentar pra enfrentar. (fala da dirigente).

Como mencionado, a fim de dar visibilidade às reivindicações das mulheres e do Movimento como um todo, a ação de ocupação da Aracruz foi proposta com o objetivo de responder duplamente à situação das mulheres. Uma resposta política do movimento e uma resposta de gênero, no sentido da visibilidade e do apoderamento das mulheres na organização, ocupação e resposta à sociedade.

A gente começou a perceber que nós, enquanto movimento, estamos sempre presentes, mas sempre assumimos tarefas periféricas, quer dizer, nos ocupamos de cuidar das crianças, sempre com os doentes, fazendo a comida pro coletivo, na ciranda, mas não estamos construindo os barracos, não estamos em negociação com a polícia, nós não estamos cuidando da segurança geral. Então, o processo organizativo do 08 de março, ele também nos fez uma reflexão de como nós podemos nos apropriar de alguns elementos que nos foram de alguma maneira tirados. (fala da dirigente).

Desta ocupação em diante, outras ocupações foram organizadas com o mesmo propósito. Em 2008 fora ocupada a Monsanto e, em 2009, a Cosamo. Isto em São Paulo. Noutras regiões, houve ocupações na Aracruz, na Vale do Rio Doce, dentre outros.

As ações são muito importantes, mas acontecem só num dia do ano, né? Então, por isso que eu falo que tem um passo enorme pra dar no cotidiano, organizativo, né? Que é desde a renda das mulheres, de como é que a gente influencia nisso, né?

A fala da dirigente do MST demonstra o quão político se mostra o movimento atual, como também demonstra o limite deste diante da sociedade burguesa. Esta, como

verificado, lança mão sobre as condições materiais para manter submissos e subordinados homens e mulheres.

Considerações Finais.

O artigo que ora se apresentou objetivou contribuir para análise das relações de gênero no campo. Para tanto lançou mão sobre um breve histórico da participação da mulher na luta pela terra e, neste sentido, aponta-se como, apesar dos significativos avanços na legislação vigente sobre gênero e questão agrária, ainda há muito a ser percorrido, tendo em vista as precárias condições de produção e permanência no campo da mulher assentada.

Malgrado, aponta-se como o movimento dos trabalhadores rurais (MST) em Ribeirão Preto /SP, tem contribuído para o desenvolvimento das mulheres enquanto categoria social e política e, portanto, construído formas de atuação que privilegiam o fortalecimento da identidade de gênero. Destarte, verifica-se como ainda a proposta de reforma agrária se defronta com questões políticas e, neste sentido, nas próprias formas de políticas estruturais que possibilitem a constituição dos Assentamentos como espaço efetivo de proposta de produção (produção de subsistência comercial e familiar).

Verificou-se como os espaços “privilegiados” de participação contribuem para a desnaturalização da dicotomia público x privado que, historicamente, atribuiu o espaço doméstico como espaço privado e, portanto, apolítico e destinado à mulher e o espaço público, como espaço político destinado ao homem.

Assim, por meio da estrutura organizativa do MST foi possível verificar que a lida com a terra e com a casa também se constituem espaços de atuação política possíveis de desconstrução da identidade feminina antes a elas atribuídas como apontaram Warren e a dirigente do MST da regional de Ribeirão Preto.

Sabe-se que ainda há um longo caminho a se percorrer. Entretanto, aponta-se, assim como Thomaz Júnior, que a construção e/ou fortalecimento da Identidade de gênero das mulheres assentadas tem se dado a partir do “desenvolvimento” da consciência de classe, ou seja, da *Luta por dentro da Luta!*

Referencias Bibliográficas.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista.** São Paulo: Nobel, 1986.

ALBUQUERQUE, Ligia; RUFINO, Isaura. Elementos que dificultam a participação da mulher no processo da reforma agrária. In: LAVINAS, Lena (Org.). **Anais do seminário mulheres rurais: identidades e luta política.** Rio de Janeiro: Ed. IPPUR : Ed. UFRJ, 1987

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.

BRASIL. MDA. Incra. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz produção e qualidade de vida no meio rural.** Brasília, DF, 2004.

_____. MIRAD. Incra. **I Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, DF, 1985.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010.** Brasília, DF, 2011.

_____. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas.** São Paulo: Vértice : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

_____.; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; ROSEMBERG, Fulvia. **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____.; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Ed. 34, 2002.

BUARQUE, Cristina. Mulheres rurais e políticas sociais: uma experiência em Pernambuco. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010.** Brasília, DF, 2011.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, jul./dez. 2001.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199406-011-022.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010.** Brasília, DF, 2011.

COLETIVO DE GÊNERO DO MST. **Refletindo sobre as relações de gênero no MST.** (mimeo).

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (Org.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas : Vértice, 1989.

MST. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1996.

_____. **Mulher sem terra**. São Paulo: ANCA : INCRA, 2000.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990. In: _____. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Ideologia e economia**: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais — o caso do assentamento ‘Nova Ramada’ (Rio Grande do Sul, Brasil)”. (Relatório de pesquisa não publicado). 1995.

_____.; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mitos e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**.

Disponível em:

<<http://xa.yimg.com/kq/groups/25175575/653286761/name/Das+A%C3%A7%C3%B5es+Coletivas+%C3%A0s+Redes+de+Movimentos+ Sociais.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011a.

_____. **Movimentos sociais de luta pela terra**. (nota técnica para CGEE-GSI).

Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/MOVSOCIAISCGEE-GSI.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2011b.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **O processo organizativo do Assentamento sepé Tiarajú-SP**: o sentido e os caminhos da cooperação. São Paulo: Grafset- Ribeirão Preto, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no Governo Lula. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 4, n. 1, p. 127-139, jun. 2003. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/819/841>>. Acesso em: 2 mar. 2012

_____. Povoando o território de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 1-35, 2010. Disponível

em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA112/01THOMAZ1102.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. ; VALENCIANO, Renata Cristiane. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, 2002. v. 6, n. 119(26), ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-26.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. ; SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. O MST e a mídia: o fato e a notícia. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119(45), p. 2-8, ago. 2002.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Xamã, 2001.